

Renascimento no Mosteiro dos Jerónimos

O Renascimento representa, na história do Ocidente, um momento de extraordinária evolução e dinamismo que, numa busca incessante de saber, abre a civilização europeia à revolução científica, a um conhecimento mais alargado e a um maior domínio do mundo natural, os quais se reflectem esteticamente na procura de novos ideais de beleza. Apesar de tradicionalmente ser visto apenas como um ressurgimento das Letras e das Artes, pela recuperação da cultura clássica, o Renascimento foi, acima de tudo, progresso técnico, dando ao homem do Ocidente maior poder sobre um mundo cada vez mais bem conhecido, ao mesmo tempo que consolidava, lenta mas firmemente, uma mentalidade experimental, portanto científica. A capacidade para atravessar os oceanos, em que os portugueses foram pioneiros, traduz, de forma inequívoca, este contexto de progresso, pois as viagens quinhentistas iniciadas na praia de Belém contribuíram de modo decisivo para essa remodelação do pensamento europeu. Portugal torna-se um reino de referências e Lisboa transforma-se numa cidade cosmopolita, um pólo difusor de desenvolvimento económico e cultural sem precedentes.

Os Descobrimentos permitiram um conhecimento mais exacto e real, obtido pela observação directa, in loco, dos homens e da Natureza, dos diferentes povos com suas particularidades etnográficas, linguísticas, políticas, sociais, religiosas e artísticas. A curiosidade científica e a vontade de saber eram, então, atitudes dominantes. A Natureza, o Mundo e o Homem interligavam-se no movimento cultural do Renascimento.

O conhecimento da fauna e da flora enriqueceu-se com o contributo de algumas personalidades notáveis, como o médico e naturalista de ascendência hebraica, Garcia de Orta, que, nos Colóquios dos Simples e Drogas da Índia, descreve minuciosamente as espécies farmacêuticas de origem oriental, previamente observadas e estudadas.

Já a viagem de Bartolomeu Dias, dobrando o Cabo da Boa Esperança, alterara a Geografia de Ptolomeu, indicando um perfil diferente do traçado africano, com o qual se passou da "Idade dos Mundos Fechados para a Idade do Planetário Aberto" (Portugal na Abertura do Mundo, 1989).

Num dos Roteiros, D. João de Castro, destacada figura científica e filosófica de então, corrige a figuração do Mar Vermelho, tendo para tal procedido a minuciosos cálculos durante uma expedição à zona. Com o seu mestre, o matemático Pedro Nunes, cosmógrafo-mor do reino, e inventor do nónio, preocupa-se pelo registo rigoroso dos fenómenos da Natureza.

Apoiados no saber tradicional, adaptando-o, transformando-o e utilizando-o com capacidade e criatividade, normalizando e tipificando os conhecimentos e aplicando-os a cada caso específico e novo, os Portugueses desenvolveram e sistematizaram a prática, aliando-a à teoria e formando uma ideia de ordem racional e disciplinar, passando assim do empirismo a um saber com sólidas bases.

A experiência das vivências, que as viagens marítimas e os contactos permitiam, deu lugar a uma nova imagem do Mundo, plurivilizacional e pluridimensional, numa perspectiva de abertura e comunicação das diferenças encontradas, o que traduz uma postura humanista plenamente consonante com a evolução cultural do resto da Europa.

O movimento de saídas de intelectuais portugueses que realizavam estudos em universidades estrangeiras era notável. D. Manuel I foi o primeiro rei a suportar os respectivos encargos financeiros e o seu sucessor, D. João III, enviava anualmente cinquenta bolseiros para fora do reino.

Entre outros, destacam-se Francisco de Holanda, Jerónimo Osório e André de Gouveia, aos quais se juntam alguns monges jerónimos - Frei Brás de Braga e Frei Diogo de Murça - com os quais é encarregado de reformar os estudos superiores em Portugal. Houve portugueses que se notabilizaram como docentes nesses grandes pólos culturais do Renascimento: o médico e filósofo Francisco Sanches, que influenciou Bacon e Descartes; o jurisconsulto António de Gouveia; o humanista Damião de Góis, amigo pessoal de Erasmo de Roterdão

Nos finais do século XV, a produção de âmbito cultural atinge grandes dimensões. As tipografias dão os primeiros passos em Portugal, o que origina uma maior produção literária e a sua consequente divulgação.

No panorama religioso do Portugal de quinhentos, ressalta a índole humanista da Ordem de S. Jerónimo que se revela nalguns traços da sua espiritualidade. Tendo como patrono um dos grandes Padres da Igreja, S. Jerónimo - o mesmo dos Humanistas - a sua actividade de tradução da Bíblia levará a que os monges Jerónimos tivessem, como uma das principais ocupações da vida contemplativa, a leitura e o estudo desses textos sagrados que conheciam e citavam de cor. Assim, a doutrina dos Santos Padres e a Sagrada Escritura - as fontes primitivas do cristianismo - constituíam a base da sua piedade e conhecimento teológico, o que estava em plena consonância com as preferências da época, na linha do humanismo cristão de raiz erasmiana.

Cultivando a "devotio moderna", movimento espiritual que nasce ainda no século XIV, intrinsecamente ligado aos valores humanistas, os monges jerónimos desenvolvem a vida contemplativa, em grande parte, pela meditação pessoal e uma piedade afectiva influenciada pela doutrina de Santo Agostinho, num propósito reformador de vida. A ordem jerónima ocupa, assim, um lugar de primeira linha na vida cultural até

meados do século XVI. Reveladora desta vanguarda é a Livraria do Mosteiro de Santa Maria de Belém, que continha um notável acervo de livros, de sabor clássico e humanista.

Não deixa de ser curioso saber que o recheio da Livraria contou com livros deixados pelo infante D. Luís, filho de D. Manuel I, cujos interesses se orientavam segundo a educação que recebera, tendo sido aluno de Pedro Nunes, com quem continuou a relacionar-se, bem como com D. João de Castro, João de Barros e Francisco de Holanda, todos eles apreciadores do conhecimento dos Antigos, do qual pensavam serem tributários os novos valores do espírito científico que começava a desabrochar.

Nesse amplo contexto cultural e científico se construiu o Mosteiro de Santa Maria de Belém, doado aos monges jerónimos, por vontade de D. Manuel I, em cujo reinado, na primeira metade do século XVI, se atinge a Índia. Assim se tomava conhecimento de terras e povos longínquos, tendo Portugal e, através dele, outras nações, contactos com novas civilizações e espaços geográficos até então desconhecidos.

A consciência da grandeza dos momentos que se viviam e da repercussão dos mesmos na sua imagem de monarca, investido assim de tão grande poderio - metade do mundo pertencer-lhe-á pelo Tratado de Tordesilhas - permite-lhe encetar todo um conjunto de acções, por forma a explicitar a sua autoridade, a que confere um cariz imperial e messiânico. Aliás, esta atitude não aparece dissociada do que acontecia um pouco por toda a Europa, em que o poder e a ambição dos grandes senhores os leva a uma preocupação pelo engrandecimento pessoal e fortalecimento da autoridade, não só do ponto de vista económico ou político mas também no domínio cultural, para isso investindo na prática do mecenato, facto que constituiu um dos factores dinamizadores do movimento humanista renascentista. D. Manuel I é, então, o mecenas de empreendimentos nos quais se projecta, dotados de uma grandiosidade proporcional ao seu poder, destinados a despertar admiração e respeito. Exemplo paradigmático é a construção do Mosteiro dos Jerónimos e a escolha da ordem de S. Jerónimo para o habitar - a mesma que em Espanha atendia espiritualmente a casa reinante. A ordem jerónima é sintomática da legitimação de um poder real centralizado, que através da unificação ibérica, viável pelo casamento do rei de Portugal com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, o tornava herdeiro dos reinos peninsulares e o levaria a dominar o mundo, reunindo assim o que o Tratado de Tordesilhas separara.

Na linha de pensamento subjacente à política régia que vai tomar forma plástica no Mosteiro dos Jerónimos, encontramos toda uma profusão de motivos decorativos a que, no seu conjunto, chamamos Manuelino e que constitui uma arte de regime ideológico.

Com vista à afirmação e manifestação do poder real, identificam-se determinados tipos iconográficos: os retratos régios estrategicamente colocados nos principais locais como o Portal Principal, onde estão as estátuas dos monarcas cônjuges; a esfera armilar muitas vezes duplicada, a cruz da Ordem de Cristo e o escudo régio, sistematicamente associados e profusamente distribuídos, que coabitam com motivos religiosos. Também a figura de D. Manuel I, no registo superior do Claustro, está rodeada de outras estátuas de Santos e Virtudes colocadas num plano de igualdade, como que querendo significar a aura divina da personagem real.

Difundia-se, assim, a imagem moderna do "rei divino" baseada nas teorias davidianas da monarquia francesa, cujas linhas doutrinárias foram recebidas através do preceptor de D. Manuel I, Diogo Lopes Rebelo. Dentro deste conceito moderno de monarquia sagrada, o ungido David era a fonte do poder real de direito divino, prefigurado pelos Reis Magos sob cuja inspiração foi edificada a Igreja de Belém. D. Manuel I compreendeu desde cedo que, deslumbrando, se faria respeitar e usou, com habilidade notável, o produto dos contactos com os povos, apostando assim num exotismo que as cortes ocidentais, com espanto, admiravam.

A sua completa consagração europeia deu-se com a aparatosa embaixada, chefiada por Tristão da Cunha, enviada em 1513 ao Papa Leão X. Uma das inúmeras novidades, que encantaram os espíritos curiosos das cortes europeias da época, terá sido, sem dúvida, o elefante trazido das Índias, que assumiu, então, um papel preponderante na arte italiana. Foi também enviado a Roma, noutra embaixada, um rinoceronte, que despertou a curiosidade de artistas como Albrecht Dürer, que o immortalizou, em 1515, numa gravura largamente difundida até aos nossos dias.

O impacto da convivência com essas outras realidades foi tal que, no plano decorativo, a arquitectura integrou as peculiaridades do mundo exótico, facto patente, por exemplo, na Torre de Belém, onde o mesmo rinoceronte ficou esculpido por mãos de canteiros anónimos, ou no Mosteiro dos Jerónimos, em que o Homem Africano aparece em lugar de destaque ao lado do Homem Europeu, a que se juntam um sem-número de motivos naturalistas, como o macaco (no piso inferior do Claustro) ou os troncos de palmeira estilizados em colunas e ombreiras.

Aliás, foi a partir das fabulosas receitas provenientes do comércio com os territórios recém-descobertos de África e da Ásia, sobre as quais o rei português cobrava uma taxa - a vintena da pimenta - que foi possível erigir um edifício da grandeza do Mosteiro dos Jerónimos.

A política de D. Manuel I, além da construção do próprio edifício, incluiu doações de grande aparato litúrgico. De Itália vieram os sete volumes da Bíblia dos Jerónimos, ricamente iluminados e executados na oficina florentina dos Attavanti. Datando a

encomenda de 1494, é, portanto, anterior à coroação do duque de Beja (futuro rei D. Manuel I) o qual revela possuir, já então, gosto e predilecção pelo belo e pelo luxo, além de devoção e interesse especiais pela ordem jerónima, uma vez que a única representação historiada é a da vida de S. Jerónimo.

Por outro lado, um conjunto de estátuas de faiança renascentista de proveniência florentina prova, uma vez mais, esta forte ligação a Itália. Oferecidas pelo Papa Júlio II a D. Manuel I que, por sua vez, as doou ao Mosteiro, tinham sido encomendadas à oficina de Andrea della Robbia, e atribuem-se a Andrea Sansovino. Deste conjunto, destacamos a imagem de S. Jerónimo, modelada com excepcional realismo, a única que ainda hoje se encontra no seu altar original.

Outros membros da família real, por motivações pessoais ou por fidelidade à memória de D. Manuel I, vão contribuir para o enriquecimento do Mosteiro, desenvolvendo projectos investidos de alcance político. Dentro desta corrente, a intervenção mais arrojada coube ao empenho pessoal da rainha D. Catarina, mulher de D. João III e irmã do imperador Carlos V, na reconstrução da capela-mor que, no seu estilo, se antecipa ao severo pendor maneirista do Mosteiro do Escorial. Verdadeiro monumento alegórico à morte, concebido à altura da natureza imortal e divina das personagens régias, acaba por conferir a todo o edifício um carácter de mausoléu dinástico, em perfeita consonância com o projecto que o rei D. Manuel I concebera para o Mosteiro.

Também no ano de 1550, e por iniciativa da mesma rainha, se faz a encomenda do famoso Cadeiral do Coro Alto, com risco de Diogo de Torralva - arquitecto a quem se deve a plena afirmação das formas do Alto Renascimento em Portugal - e execução de Diogo de Çarça. É indiscutível a presença flamenga nas cartelas dos encostos inferiores. No entanto, revela-se a influência indirecta de Miguel Ângelo nos espaldares superiores e nos modelos das figuras inspiradas nos Escravos, que são uma clara alegoria da natureza humana e da sua condição, tal como o neoplatonismo renascentista as concebia.

Com D. Catarina encerra-se o primeiro grande ciclo de mecenato régio ligado à fundação e construção do Mosteiro dos Jerónimos. Na realidade, concretizou-se o sonho de D. Manuel I

de erguer um grandioso panteão dinástico dedicado à perpetuação e glorificação da memória da família real.

O carácter simbólico "de uma arquitectura de proclamação e declamação" (Paulo Pereira, in *Jerónimos 4 Séculos de Pintura*, 1993), impresso por D. Manuel I, foi entendido claramente pelos reis das dinastias sucessoras que, embora se tenham dedicado a outros projectos pessoais, não deixaram de marcar o Mosteiro com os seus próprios símbolos de poder, numa tentativa de associação à imagem do monarca venturoso.

De facto, D. Manuel I e o Mosteiro dos Jerónimos, monumento a que está intimamente associado e onde expressou toda a sua ideologia régia, perduraram na memória colectiva, associados ao período de maior glória da História de Portugal, e tornaram-se referentes incontestáveis da nossa Identidade Cultural e